



REVISTA  
Casa da

ISSN 1516-7712

**GEOGRAFIA**  
de Sobral

## MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PETROLINA (PE): UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA

*Labor market and public policies in Petrolina (PE): an analyze of the chapéu de  
palha program*

*Mercado de trabajo y políticas públicas en Petrolina (PE): una análisis del programa  
chapéu de palha*

Juscelino Eudâmidas Bezerra \*

### RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é analisar as transformações no mercado de trabalho agrícola no município de Petrolina (PE) a partir da implantação do programa Chapéu de Palha. Devido ao grande contingente de trabalhadores no setor da fruticultura na região do Vale do São Francisco, muitos são os problemas relacionados ao tema do mercado de trabalho, sobretudo no tocante ao desemprego generalizado que se instala na região nos meses de entressafra da produção de frutas. Em 2007, o Governo de Pernambuco retomou o programa Chapéu de Palha do ex-governador Miguel Arraes, expandido, em 2009, para os trabalhadores da fruticultura irrigada no sertão. O programa consiste na ajuda financeira e social para os trabalhadores desempregados no período da entressafra da produção de frutas, com a obrigação de que os mesmos participem de cursos de capacitação e qualificação profissional. Diante do contexto supracitado, faz-se necessário perscrutar as limitações e possibilidades das políticas públicas para o meio rural, considerando a persistência da sazonalidade do trabalho agropecuário, a mobilidade geográfica dos trabalhadores, a precarização do trabalho e os conflitos envolvendo a relação entre Estado, empregadores do setor do agronegócio e trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Estado e políticas públicas. Vale do São Francisco. Agronegócio da Fruticultura.

### ABSTRACT

The purpose of the present research is to analyze the transformations in agricultural labor market in the municipality of Petrolina (PE) from the implantation of the program Chapéu de Palha. Due to the large contingent of workers in tropical fruit production in region of Vale do São Francisco, many are the problems related to the theme of labor market, especially regarding the widespread unemployment that installs in the region in the months of offseason of fruit production. In 2007 the Government of Pernambuco resumed the program Chapéu de Palha of former Governor Miguel Arraes, expanded, in 2009, for workers of fruitculture irrigated in backland. The program consists in financial and social aid for unemployed workers in the period the offseason with the requirement that they participate in training courses and professional qualifications. Faced of context above mentioned it is necessary investigate the limitations and possibility of public policies to the rural areas considering the persistence of seasonality of labor agricultural, geographical workers' mobility, precarization of work and the conflicts involving the relationship between the state, employers in agribusiness sector and rural workers.

**Keywords:** Labor market. State and public policies. San Francisco Valley. Agribusiness of Fruit.

(\*) Bolsista de pós-doutorado e professor colaborador do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). – Contato: juscelinob@yahoo.com.br.

## RESUMEN

El objetivo de la presente investigación es analizar las transformaciones en el mercado del trabajo agrícola en el municipio de Petrolina (PE) a partir de la implantación del programa de Chapéu de Palha (Sombrero de Paja). Debido al gran volumen de trabajadores en el sector de la fruticultura en la región del Valle del San Francisco, son bastantes los problemas relacionados con el tema del mercado de trabajo, sobre todo en lo que tiene que ver con el desempleo generalizado que se instala en la región durante los meses comprendidos entre las cosechas de la producción de frutas. En el 2007 el Gobierno de Pernambuco retomó el programa de Chapéu de Palha del exgobernador Miguel Arraes, expandido en el 2009, para los trabajadores de la fruticultura irrigada del semiárido. El programa consiste en la ayuda financiera y social ofrecida a los trabajadores desempleados en el periodo de entre cosechas de la producción de frutas con la obligación de que participen de cursos de capacitación y cualificación profesional de las políticas públicas para el medio rural, considerando la persistencia de la estacionalidad del trabajo agropecuario, la movilidad geográfica de los trabajadores, la precarización del trabajo y los conflictos involucrados en la relación entre el Estado, los empleadores del sector del agronegocio y los trabajadores rurales.

**Palabras-clave:** Mercado de trabajo. Estado y políticas públicas. Valle del San Francisco. Agronegocio de la fruticultura.

## INTRODUÇÃO

O Vale do São Francisco notabiliza-se por ser uma das regiões de maior destaque na produção de frutas frescas no Brasil, especialmente as áreas irrigadas de Petrolina - PE e Juazeiro - BA (CAVALCANTI, 1997). Colaborou para o crescimento da atividade a atuação do Estado mediante portentosos investimentos na construção de perímetros irrigados e nos sistemas de irrigação (canais, estações de bombeamento, infraestrutura elétrica, estradas etc.) associados ao quadro edafoclimático que propicia o plantio de culturas adaptadas ao sertão semiárido. Nesse contexto, ao contrário da imagem da seca e das vicissitudes da agricultura de sequeiro, dependente das chuvas, a intervenção técnica via irrigação permitiu a ruptura do sertão enquanto obstáculo natural à regulação econômica do território (CASTRO, 1996).

Como resultado, temos hoje na região o desenvolvimento de um importante polo de produção de frutas totalmente conectado ao mercado externo e doméstico mediante a demanda por produtos frescos para o consumo *in natura*, notadamente uva e manga. O crescimento do agronegócio da fruticultura foi o responsável direto pela notável transformação na dinâmica do mercado de trabalho, expressa pela criação de empregos formais no setor da agropecuária. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relativos ao ano de 2011, o município de Petrolina-PE foi o que registrou o maior estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil, com 10.889 postos de trabalho.

Devido ao grande contingente de trabalhadores no setor da fruticultura na região do Vale do São Francisco, muitos são os problemas relacionados ao tema do mercado de trabalho, sobretudo no tocante ao desemprego generalizado que se instala na região nos meses de entressafra da produção de frutas para o mercado externo e doméstico. Desse modo, verifica-se uma forte contradição expressa no fato de que, não obstante constatem a integração do Vale em importantes redes de produção global (COE, DICKEN, HESS,

2008; COE, 2009), temos ainda um grave quadro de desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2007, 2006) e de precarização do trabalho (BEZERRA; ELIAS, 2011).

Com o objetivo de oferecer melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, o Governo de Pernambuco na gestão de Eduardo Campos retomou, em 2007, um projeto do ex-governador Miguel Arraes intitulado Programa Chapéu de Palha (PCP). O referido projeto foi implantado pela primeira vez na década de 1980, sendo considerado um marco nas políticas públicas de apoio aos trabalhadores rurais (MIRANDA, 1991). O objetivo do programa é dar suporte aos trabalhadores desempregados durante a entressafra de importantes culturas do agronegócio. Primeiramente, assim como o projeto pioneiro, o programa atendia somente a zona da mata pernambucana nas áreas voltadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Em 2009, o Governo expandiu o programa para os trabalhadores da fruticultura do Vale do São Francisco, tendo em vista o alcance do mercado de trabalho no setor.

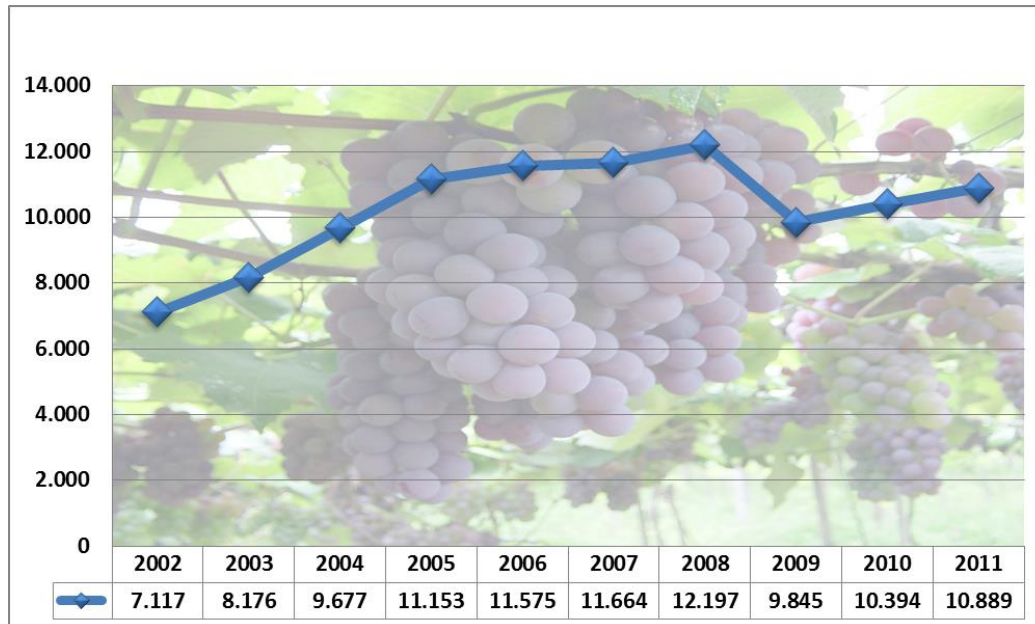
O PCP beneficia os trabalhadores a partir do recebimento de uma bolsa de até R\$232,50. O valor pode ser complementado com os recursos oriundos do Programa Bolsa Família. Em 2012, foram inscritos 19.343 trabalhadores rurais de sete municípios atendidos no Vale: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém de São Francisco e Petrolândia.

A condicionalidade do projeto por parte dos trabalhadores é a participação em cursos de capacitação ou qualificação profissional oferecidos pelo Governo Estadual através da articulação envolvendo diferentes secretarias estaduais com focos específicos. Entre elas destacamos a Secretaria da Mulher, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Agricultura e a Reforma Agrária, a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade e a Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo.

Ao realizar a pesquisa, tomando por objeto de análise o programa Chapéu de Palha, conseguiremos tratar de um importante grupo social e lançamos questões sobre as condições de vida dos trabalhadores no campo e na cidade, as formas de emprego e subemprego; a mobilidade geográfica dos trabalhadores, a relação entre empregadores e empregados e a atuação do Estado no quadro de conflitos entre capital e trabalho.

## **A REALIDADE DO TRABALHO EM PETROLINA**

A dinâmica do trabalho, verificada pós-consolidação da produção de frutas frescas no Vale do São Francisco, sofre bastante influência das culturas do agronegócio, nas quais o mercado de trabalho é ditado pela admissão e desligamento de trabalhadores safristas na produção de frutas (BEZERRA, 2012). Uma avaliação sobre o número de empregos formais no setor da agropecuária evidencia a importância do setor na dinamização do emprego em Petrolina. No gráfico abaixo, relativo ao intervalo entre 2002 e 2011, podemos observar a evolução absoluta dos empregos formais de 7.117 para 10.889, como também sua variação ao longo dos anos.

**Gráfico 1:** Número de empregos formais no setor da agropecuária – Petrolina.

Fonte: RAIS/MTE

Não obstante o crescimento do número de postos formais no setor chama atenção o aspecto da sazonalidade da oferta de trabalho, referendada e complexificada pelo processo histórico de expropriação camponesa, contribui para que o mercado de trabalho seja marcado por uma alta vulnerabilidade.

A partir da análise das contratações realizadas mensalmente no ano de 2011, em Petrolina (**Tabela 1**), percebe-se que, do total de empregos formais registrados no setor da agropecuária, 46,87% foram registrados no ano anterior e 53,13% já no ano de 2011. No ano de referência, somente 10% foram contratados nos três primeiros meses do ano. O pico das contratações ocorre de fato nos três últimos meses do ano, com 40% das admissões.

**Tabela 1 - Admissões formais realizadas no setor da agropecuária Petrolina - 2011**

Não admitido no ano	5.104
Janeiro	262
Fevereiro	136
Março	226
Abril	284
Mai	573
Junho	674
Julho	457
Agosto	420

Setembro	419
Outubro	628
Novembro	819
Dezembro	887
Total	10.889

Fonte: RAIS/MTE

O aspecto da sazonalidade coloca os trabalhadores, sobretudo, os sem-terra, como principal foco da exploração do trabalho. Esses, quando não ocupados nas pequenas, médias e grandes empresas do setor das frutas e mesmo nos estabelecimentos de pequenos agricultores e de assentados da reforma agrária voltam a se submeter às inúmeras atividades ocasionais, características da já conhecida forma de exploração baseada nas atividades tradicionais.

Em Petrolina, durante o período chuvoso, momento no qual as empresas paralisam a produção, os trabalhadores, principalmente aqueles que não possuem um pedaço de terra para plantar durante o “inverno”, empregam-se em diversas atividades secundárias e, geralmente, associadas ao circuito informal, no trabalho por tarefa nas pequenas propriedades, na retirada e carregamento de lenha da caatinga, carregamento e descarregamento de mercadorias etc.

As atividades destacadas normalmente estão associadas a ciclos curtos de ocupação nos quais os trabalhadores recebem por dia de trabalho ou mesmo por um serviço específico. Muitas delas caracterizam-se, assim como o trabalho nas fazendas do agronegócio, por serem atividades extremamente precárias.

Afora os momentos de desemprego, motivados pela interrupção da safra de algumas culturas – com exceção da banana e, em alguns casos, da uva –, o cotidiano dos trabalhadores rurais é marcado pelo trabalho nas empresas e nos pequenos e médios produtores de frutas. Como já analisamos em outro momento (BEZERRA, 2008), a formação de um mercado de trabalho capitalista nas principais regiões de expansão do agronegócio no Nordeste é bastante recente. Somente na última década é que podemos, de fato, mencionar a difusão de relações de trabalho caracterizadas pela venda da força de trabalho em troca de um salário, obtendo registro com carteira assinada.

Mesmo compondo um aspecto secundário frente à dominação de relações de trabalho familiares, a presença do trabalho assalariado nas empresas mudou completamente o panorama das relações de trabalho. O estabelecimento de novos códigos de conduta, ritmos e responsabilidades, aliada à gestão corporativa da produção, permite a conformação de uma nova cotidianidade. A figura do patrão, a imposição de metas por produção e o controle do tempo demarcam uma nova territorialidade pautada pela racionalidade empresarial, portanto, potencializando uma completa dissonância cognitiva com as práticas camponesas.

Ao observarmos a esfera relacional no ambiente de trabalho, podemos colher depoimentos dos trabalhadores quanto à rotina do trabalho nas empresas. Muitos relatam o controle e a fiscalização excessivos por parte dos empregadores, sem contar a rudeza no trato como uma das questões que mais causam indignação e desapontamento. Nesse momento é que os mesmos percebem a violência sob a qual são submetidos, mesmo quando se trata de atividades realizadas desde o seu berço camponês, já que, agora, o trabalho é deveras normatizado e tangenciado pela régua do lucro.

Diante do contexto supracitado, é mister destacar que as novas formas de trabalho só são possíveis devido à existência de um novo ambiente relacional, inaugurado com a disseminação de uma nova lógica na produção do espaço. Quando mencionamos uma nova lógica, queremos com isso ressaltar a existência de novos agentes econômicos, responsáveis por ditar transformações significativas na própria relação entre homem e natureza, entre sociedade e espaço.

Os produtores que operam nas regiões e que empregam grande parte dos trabalhadores nas atividades da fruticultura possuem perfis bastante diferenciados, o que nos faz pensar na existência de, pelo menos, dois grupos; a seguir:

#### a) *Pequenos e médios produtores*

Caracterizam-se por serem produtores com produção de baixa escala. Geralmente, esse grupo é formado por irrigantes dos Perímetros, produtores organizados em cooperativa, assentados de projetos de reforma agrária. São extremamente dependentes quanto à figura do atravessador para realizar a comercialização da produção, fornecendo, sobretudo, para o mercado doméstico. Essa relação pode acontecer com atravessadores tradicionais ou mesmo via parceria com empresas. Contratam trabalhadores por tarefa – diária – sem necessariamente estabelecer vínculos empregatícios formais. Possuem relação de maior proximidade com os trabalhadores, uma vez que formam parte da própria comunidade e também por contar com o trabalho de familiares e parentes. A participação do Estado junto a este grupo ocorre com maior ênfase na oferta de crédito junto às instituições creditícias, bem como pela assistência técnica, mesmo que ineficiente.

#### b) *Empresas de capital nacional*

Podemos dividir esse grupo em dois subgrupos, para destacar a forma de participação no mercado. No primeiro subgrupo, empresas de capital nacional que produzem apenas para o mercado interno, portanto, não participam da rede de produção global de forma direta. Essas empresas organizam a produção para atender a



mercados locais e regionais, com menor nível de exigência quanto à qualidade e à pouca ou nenhuma participação nos esquemas de certificação.

Outro destaque diz respeito à relação com o primeiro grupo. Algumas empresas realizam contratos de parceria, absorvendo a produção dos pequenos e médios produtores. É o caso de empresas que comercializam parte da produção para as empresas e cooperativas vinculadas ao mercado de exportação.

Nessa relação, a empresa âncora oferece como contrapartida a assistência técnica e a garantia da comercialização da produção mediante o acesso ao mercado. Podemos encontrar uma mescla na forma de contratação dos trabalhadores, haja vista o fato de muitas empresas realizarem tanto a produção direta como indireta na forma de parceria. O segundo subgrupo, do qual participam, em sua grande maioria, as empresas situadas nas microrregiões de Petrolina (Queiroz Galvão, Fazenda Área Nova, Agrobras, Agrodan, SunGroup) e Juazeiro (Special Fruit, Sechi Agrícola), caracteriza-se por ser composto por empresas de capital nacional que participam efetivamente do mercado global.

Desse modo, as empresas compactuam com todas as normas necessárias, o que inclui a participação nos sistemas de auditoria e certificação. É importante destacar que as empresas nacionais, por trabalharem com ambos os mercados (interno e externo), se beneficiaram com o aumento do consumo de frutas no Brasil, ocupando parte do mercado descoberto pelas empresas de maior porte centradas apenas na exportação. A forma de contratação dos trabalhadores dá-se, preponderantemente, pelo contrato com carteira assinada.

Nas empresas de capital nacional, sobretudo aquelas com perfil familiar, há uma maior vinculação entre patrão e funcionário. Apesar de muitos afirmarem que, nesse tipo de relação, há uma ligação mais amistosa entre trabalhadores e empregados, não podemos deixar de mencionar o fato de que esta proximidade, muitas vezes, esconde formas veladas de exploração dos trabalhadores via concessão de favores (pequenos empréstimos, tolerância quanto às faltas) em troca de jornadas de trabalho mais extensas, sem a contrapartida legal que rege tal prática.

Em geral, o que observamos das empresas nacionais e que se aproxima das reclamações das empresas multinacionais, diz respeito à carência de trabalhadores (qualificados e não qualificados) nos momentos de pico da safra, bem como os fatores de ordem cultural (do ponto de vista do empregador), tais como o não apreço dos trabalhadores aos horários, regras, metas e ao próprio trabalho. Não foi incomum encontrarmos em nossas entrevistas empregadores que se queixaram dos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e do próprio Programa Chapéu de Palha, como obstáculos para a contratação de trabalhadores, já que os mesmos prefeririam receber dinheiro de programas sociais a salário nas empresas.

Pelo que apresentamos até o momento, podemos perceber que estão em construção novas formas de trabalho, sendo que, nessa elaboração, existem muitos elementos e situações conflitantes, nas quais

percebemos, ora o enfraquecimento, ora o fortalecimento da ação dos trabalhadores, demonstrando, como nos lembra Herod (2001), que a ação dos trabalhadores pode sim modificar a paisagem do capitalismo contemporâneo. Contudo, nesse embate de forças sociais, a atuação dos trabalhadores sofre reveses, seja pela carência e/ou inexistência de uma organização mais ativa da classe trabalhadora, em virtude do sindicalismo inoperante, seja pela coação ideológica ou física do capital do agronegócio. É nesse contexto que devemos entender a reflexão sobre as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho agropecuário.

A seguir, vamos apresentar nossas reflexões iniciais sobre o Programa Chapéu de Palha.

## REPERCUSSÕES SOCIAIS DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA

O contexto do mercado de trabalho agropecuário em Petrolina demonstra a necessidade de ações que possam modificar o quadro de precarização vivenciado por milhares de homens e mulheres no sertão semiárido. Nesse ínterim, o foco do Programa Chapéu de Palha dialoga com a realidade da região. Porém, devemos refletir sobre as contradições existentes na realização da referida política pública, particularmente o seu impacto nas relações entre trabalhadores e empregadores.

O PCP recebeu críticas dos empregadores, já que os mesmos o entendem como um desincentivo ao trabalho nas fazendas, tornado mais difícil a tarefa de recrutar trabalhadores nos intervalos das janelas de produção ou mesmo quando não há uma interrupção significativa na entressafra, mormente a partir do redirecionamento do mercado externo para o doméstico com repercussões diretas na dinâmica do mercado de trabalho.

Outras críticas podem ainda ser destacadas, a exemplo do seu aludido caráter assistencialista e a possibilidade do uso político de tais incentivos por parte do Estado. Quanto a esse fato, temos que lembrar um ponto importante, pois, segundo a coordenadora regional do PCP em Petrolina, o programa foi transformação em Lei Estadual. Portanto, não se trata exatamente de uma política de governo.

Do ponto de vista dos beneficiários, os problemas verificados dizem respeito, sobretudo, à questão da mobilidade geográfica, pois a dinâmica da produção no Vale é marcada por um fluxo de trabalhadores oriundos de vários municípios e de outros estados, visto se tratar de uma área de fronteira, em especial com a cidade vizinha Juazeiro no Estado na Bahia. Portanto, como se trata de uma política de Pernambuco, é bastante comum encontrarmos trabalhadores que residem na Bahia, mas trabalham em Pernambuco, ou seja, são trabalhadores que não podem se beneficiar da política por residirem em outro estado. Essa situação tem permitido a identificação de determinados subterfúgios como, por exemplo, a apresentação de comprovantes de residência de terceiros, omitindo o verdadeiro lugar de moradia. Após o registro de beneficiários



provenientes de outros estados, a Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAG) desenvolveu formas de fiscalização mediante o cruzamento dos dados referentes ao Bolsa Família.

A existência de uma pressão social dos trabalhadores de outros estados devido à inexistência de um programa semelhante nos remete à discussão sobre o caráter regional do mercado de trabalho da fruticultura. Tal fato exige – ou deveria exigir – dos órgãos públicos um novo olhar sobre a escala geográfica dos fenômenos sociais e a necessidade de adaptação do recorte territorial, abrindo espaço, inclusive, para o debate envolvendo a federalização do programa.

O fato que talvez mais tenha chamado atenção diz respeito ao rebatimento do programa na base social do mercado de trabalho agropecuário. Afinal, qual seria de fato o objetivo do Estado com o referido programa? Embora saibamos que não existe um objetivo único, não podemos nos furtar do debate mais abrangente sobre os resultados sociais. Destarte, levantamos algumas questões a título de reflexões provocativas sobre os objetivos e resultados esperados do programa. Afinal, o objetivo seria apenas capacitar os(as) trabalhadores(as) para a obtenção de rendimentos secundários nos meses de desemprego? Incentivar a qualificação dos trabalhadores para a inserção em outros setores de atividade cujas condições de trabalho sejam menos precarizadas?

A grande maioria dos cursos de capacitação e qualificação profissional não é direcionada ao setor da agropecuária, e sim para atividades relacionadas aos demais setores, tais como os cursos de assistente administrativo, informática, mecânica de motos, construção civil (pedreiro), eletricista predial, pintura imobiliária e panificação. A perspectiva dominante dos cursos é claramente a da formação da mão-de-obra, contando, inclusive, com parcerias junto ao Sistema S. Diante desse contexto, estaria o Estado investindo na destruição do exército de reserva para a fruticultura?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa criou, mesmo que não intencionalmente, um novo campo de forças no interior da relação entre empregadores e trabalhadores da fruticultura, particularmente por possibilitar uma alternativa à inserção em vínculos precários, a possibilidade de um revigoramento da capacidade física do corpo laborante, bem como a possibilidade de atuar em ocupações distintas do trabalho nas fazendas.

Entendemos que o referido programa, apesar dos limites impostos pelo contexto econômico e político, apresenta pontos positivos, pois sabemos que, na época da entressafra, os trabalhadores que perdem o emprego, mesmo que, na grande maioria, esses empregos sejam precários, ainda que formais. Isso os torna ainda mais vulneráveis. A vulnerabilidade se reflete à inserção em subempregos, trabalhos temporários com

pagamento por diária. Desse modo, faz-se necessário a realização de pesquisas para identificar as limitações e possibilidades das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiarido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas, ELIAS, Denise de Souza. “Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar”. In: **Investigaciones Geográficas** - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México. , v.76, p.104-117, 2011.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- CAVALCANTI, J. S. B. “Frutas para o Mercado Global”. In: **Estudos Avançados** (USP. Impresso), São Paulo, v. 11, n.29, p. 79-93, 1997.
- COE, N., Dicken, P. and Hess, M. “Global Production Networks: Realizing the Potential”. In: **Journal of Economic Geography** 8(3), p. 271-295, 2008.
- COE, N. M. “Global Production Networks”. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier, Oxford, Vol.4, p. 556-562, 2009.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, L. R. B. “Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio”. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 25-40, 2007b.
- ELIAS, Denise. “Agronegócio e desigualdades socioespaciais”. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. v. 01, p. 25-83.
- HEROD, Andrew. **Labor geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: Guilford Press, 2001.
- MIRANDA, Edson. **Chapéu de palha: o segundo governo Arraes**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.